

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de Minas

Class.:

Data: 10/05/87

Pg.:

190 Manobra em curso pode tirar Amaro da prisão

Acusado de ser o mandante da chacina de três índios xacriabás no dia 12 de fevereiro na reserva de São João das Missões, em Itacarambi, no Norte do Estado, o fazendeiro e grileiro Francisco de Assis Amaro pode ser colocado em liberdade na próxima quarta-feira, quando expira o prazo legal de 81 dias que a legislação concede para a pronúncia do réu preso.

A liberação de Amaro, um rico e temido cearense de 49 anos, há 25 anos aumentando seu patrimônio com a invasão de terras da Funai em Itacarambi e Manga, pode ser conseguida graças a uma manobra dos advogados Ariosvaldo Campos Pires e Orlando Amaro, que arrolaram 42 testemunhas de defesa para serem interrogadas esta semana pelo juiz federal Eustáquio Nunes Silveira, da 4.ª Vara da Justiça Federal em Minas — muitas delas a serem ouvidas através de carta rogatória no Norte do Estado.

Caminhão emprestado

Preso em Manga no dia 20 de fevereiro e transferido para a Polícia Federal em Belo Horizonte, Amaro e outros cinco dos 12 indiciados pelo delegado federal Agílio Monteiro Filho já foram ouvidos na Justiça Federal e negaram qualquer participação na chacina. Na última semana, nove testemunhas de acusação foram interrogadas em Manga e Januária e confirmaram que na madrugada do dia 12 de fevereiro Amaro e os outros acusados invadiram a Aldeia Sapé, dentro da Reserva Xacriabá, e fuzilaram o cacique Rosalino Gomes de Oliveira e os índios José Pereira de Santana e Manoel Fiúza da Silva. No fogo cruzado dos próprios pistoleiros morreu Agenor Nunes de Macedo, que invadiu a reserva junto com o grupo.

Na última segunda-feira, em Januária, a viúva de Agenor negou em seu depoimento que o marido tenha participado da invasão, conforme declarações prestadas anteriormente ao delegado Monteiro Filho, responsável pela condução do inquérito. Ao ser inquirida, entretanto, com as mesmas perguntas feitas pelo delegado, a viúva acabou confirmando o depoimento anterior. Segundo ela, na noite que antecedeu a invasão, Amaro passou no bar de seu marido e os dois conversaram durante algum tempo. Em seguida, Agenor fechou o estabelecimento e saiu acompanhado dos três irmãos Vidoca, também indiciados pelo crime. Morto dentro da Aldeia Sapé, na porta da casa do cacique Rosalino, não resta a menor dúvida para a Justiça, diante da evidência, de que ele participou da invasão.

O testemunho mais conclusivo, de acordo com a polícia, foi dado pelo proprietário do caminhão encontrado abandonado dentro da reserva na madrugada da chacina, segundo os índios utilizado para levar os pistoleiros até a Aldeia Sapé. Em seu depoimento, ele confirmou que emprestou o caminhão para Francisco de Assis

Amaro horas antes da invasão. Todas as outras testemunhas, entre elas cinco índios, confirmaram a invasão e afirmaram que os 13 indiciados atiraram para matar, com requintes de crueldade.

Em Manga, na terça-feira, foram ouvidas mais duas testemunhas, ambas moradoras em Montalvânia, que disseram ter ouvido do próprio Amaro que era ele o responsável pela chacina dos xacriabás. Segundo elas, o grileiro assumiu o crime e seu planejamento e disse que fugiria para Santa Maria da Vitória, na Bahia, e que se apresentaria à polícia de Manga em 20 dias. Além dos advogados de defesa Orlando Amaro — irmão do acusado — e Manoel José de Souza, os procuradores da República Carlos Muzzi e Francisco de Assis Betti e o delegado-regional da Funai em Governador Valadares, Lúcio Flávio Coelho assistiram às duas sessões de interrogatório.

Excesso de prazo

A possibilidade de que o mandante da chacina dos xacriabás ganhe a liberdade ainda esta semana provocou intranquilidade na reserva — uma área de 42 mil hectares demarcada pela Funai, onde vivem 4500 índios, a maior população indígena do Estado. "As famílias dos índios mortos já não estão dormindo em suas casas, temendo represálias, e muitos xacriabás já ameaçam deixar a área se Amaro for solto" — diz Fábio Alves dos Santos, coordenador do Conselho Indigenista Missionário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — Leste, que chegou na última semana na região. Segundo ele, sete grandes fazendeiros ainda permanecem na reserva, garantindo a invasão da terra através do rebanho solto pelos pastos. "Apenas os pequenos posseiros — as 89 famílias cadastradas pelo Inera — deixaram a região. Os grandes fazendeiros, no entanto, permanecem na área" — diz ele.

A manobra para forçar o excesso de prazo na prisão do grileiro Francisco de Assis Amaro começou logo após a sua detenção em Manga, no dia 20, e sua condução para a Polícia Federal na Capital através de mandado de prisão decretado pelo juiz Eustáquio Nunes Silveira. Na mesma semana, os advogados de Amaro entraram com recurso junto ao Tribunal Federal de Recursos argumentando sobre a falta de competência da Justiça Federal para conduzir o processo. Os advogados pediam a desclassificação de fórum federal para a Justiça Comum, pretendendo com a medida levar o julgamento para Manga, onde Amaro já tinha sido absolvido por unanimidade de duas outras acusações de homicídio. Com a demora do TFR de se manifestar sobre a decisão, o que foi feito somente no dia 7 de abril, quando negou o pedido e tipificou o crime como genocídio, o prazo para a tomada de depoimentos de acusação e defesa e para ouvir os 13 indiciados foi reduzido a pouco mais de um mês.